



EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PEDIDO DE INFORMAÇÃO

O Deputado que este subscreve, com amparo no § 2º do art. 41 da Constituição do Estado, c/c o art. 197 do Regimento Interno deste Poder, **requer**, após deliberação do Plenário, seja encaminhado, ao Secretário de Estado da Fazenda, **Pedido de Informação sobre os benefícios fiscais em âmbito estadual** nos seguintes termos:

- Considerando os impactos econômicos provocados pela pandemia da Covid-19, especialmente para as micro e pequenas empresas (MPEs), que muitas vezes enfrentam maiores dificuldades financeiras e de recursos;

- Considerando, à época, os benefícios fiscais concedidos pelo Estado de Santa Catarina aos diversos segmentos da economia catarinense;

- Considerando que os referidos benefícios em âmbito estadual, como a postergação de prazos para o pagamento de impostos, a redução de alíquotas de ICMS e a flexibilização das regras para parcelamento de dívidas tributárias, proporcionaram um alívio financeiro fundamental para as MPEs, permitindo-lhes manter suas operações, honrar seus compromissos financeiros e investir na retomada de suas atividades;

- Considerando que referidos benefícios assumem uma importância crucial para auxiliar na sobrevivência e recuperação desses empreendimentos, contribuindo para a manutenção de empregos, a estabilidade econômica e o desenvolvimento regional;

- Considerando, ainda, as notícias envolvendo o Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos, bem como as Medidas Provisórias nº 1.202/23 e 1.208/24.

Requer, após deliberação do Plenário, seja encaminhado, ao Secretário de Estado da Fazenda, o seguinte pedido de informação nos seguintes termos:

1- Quais foram os benefícios fiscais específicos concedidos pelo estado de Santa Catarina às micro e pequenas empresas durante a pandemia da Covid-19?

2- Como esses benefícios fiscais foram implementados e quais os critérios para sua elegibilidade?

3- Qual o impacto estimado desses benefícios fiscais na mitigação dos efeitos econômicos da pandemia para as MPEs em Santa Catarina?

4- Existe algum acompanhamento ou avaliação em andamento sobre a eficácia desses benefícios fiscais na recuperação econômica das MPEs?

5- Considerando o Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse), como os benefícios fiscais concedidos pelo estado de Santa Catarina têm sido articulados para apoiar as MPEs do setor de eventos?

Sala das Sessões,

Deputado
Matheus Cadorin



ELEGIS
Sistema de Processo
Legislativo Eletrônico

Documento assinado eletronicamente por **Matheus Andreis Cadorin**, em 04/04/2024, às 09:59.
